

M/LEGATE

Morison KSi
INDEPENDENT MEMBER

M/LEGATE

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA



Morison KSi
Independent member

DEMONSTRAÇÕES
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA

OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO

DO AUDITOR INDEPENDENTE

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**Rio de Janeiro
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICASão Paulo
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE**

As demonstrações das demonstrações financeiras do FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, acompanhadas do relatório deste auditor independente e relatório dos principais riscos contábeis e demais riscos significativos.

Páginas**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE2****DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Balanço Patrimonial6-7
Demonstração do Resultado8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....9
Demonstração dos Fluxos de Caixa10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS11**Incertezas relevantes relacionadas a continuidade operacional**

Nos últimos anos o FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA vem apresentando déficits consecutivos e seu patrimônio líquido encontra-se negativo em R\$ 442,305, bem como o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 236,370. Conforme a nota explicativa nº 01, aludido ao seu contexto operacional e dentro dos objetivos institucionais, para manutenção de suas atividades operacionais, a Administração descreve as medidas que vem sendo tomadas e implementadas visando o equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Entidade, por meio da captação de recursos, aporte de recursos e provisões. A continuidade das atividades depende do sucesso dessas medidas. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse aspecto.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Conselheiros do
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, às demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Nos últimos anos o **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA** vem apresentando déficits consecutivos e seu patrimônio líquido encontra-se negativo em R\$ 442.365, bem como o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 236.370. Conforme a nota explicativa nº 01, alinhado ao seu contexto operacional e dentro dos objetivos institucionais, para manutenção de suas atividades operacionais, à Administração descreve as medidas que vem sendo tomadas e implementadas visando o equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Entidade, por meio da captação de doações, aporte de recursos e projetos. A continuidade das atividades depende do sucesso dessas medidas. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório com modificação de opinião em 25 de maio de 2017, referente a não apresentação de documentação suporte correspondente ao saldo classificado na rubrica Projetos a Realizar, no passivo circulante.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 20 de julho de 2018.

ATIVO	Nota	2017	2016
MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.			
CRC 2SP033482/O-3			
Capital Social		232.400	1.125.123
Reserva de Lucros		613	53.700
Reserva de Expansão			14.771
Reserva de Expansão Legate			2.819
Diversos Créditos			18.893
Total do Ativo		233.013	1.215.306
MACSO LEGATE			
Indústria			
	5	34.000	40.660
Total do Ativo		34.000	40.660
Total do Ativo		267.013	1.255.966

Marcos Vinicius Bernardo
CT CRC N° 1SP258014/O-0

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)**

ATIVO	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	232.490	1.125.173
Contas a Receber	5	613	53.700
Impostos a Recuperar		-	14.971
Despesas do Exercício Seguinte		-	3.819
Outros Créditos		-	18.893
Total do Circulante		233.103	1.216.556
Não Circulante			
Imobilizado	6	34.000	40.660
Total do Não Circulante		34.000	40.660
Total do Ativo		267.103	1.257.216

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)**

PASSIVO	Nota	2017	2016
Circulante			
Fornecedores		10.750	9.812
Obrigações Trabalhistas	7	176.289	92.088
Obrigações Tributárias		36.044	39.106
Projeto Ministério da Justiça	8	565	49.409
Projetos a Realizar	9	242.009	1.078.409
Outras Obrigações		3.816	-
Total do Circulante		469.473	1.268.824
Não Circulante			
Provisão para Demandas Judiciais	10	239.994	219.994
		239.994	219.994
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)			
Patrimônio Social	11	(231.602)	29.036
Déficit do Exercício		(210.762)	(260.638)
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		(442.364)	(231.602)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		267.103	1.257.216

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Em Reais)

	Nota	2017	2016
Receitas Operacionais			
Com Restrição			
Projetos Privados	3-j.1	2.841.447	3.086.758
		2.841.447	3.086.758
Sem Restrição			
Prestação de Serviços	13	1.118.454	746.318
Trabalho Voluntário	14	32.600	32.600
Anuidades		81.638	90.700
Doações		151.082	-
Receitas Financeiras	17	33.765	78.838
		1.417.539	948.456
Despesas Operacionais			
Despesas com Pessoal	15	(1.596.025)	(1.341.043)
Despesas Gerais e Administrativas	16	(2.791.421)	(2.830.432)
Despesas Tributárias		(19.968)	(49.858)
Provisão para Contingências	10	(20.000)	(20.000)
Despesas Financeiras	17	(22.658)	(22.159)
Trabalho Voluntários	14	(32.600)	(32.600)
Outras (Despesas)/Receitas Operacionais		12.924	240
		(4.469.748)	(4.295.852)
Déficit do Exercício		(210.762)	(260.638)

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)**

	Patrimônio Social	Déficit do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	237.927	(208.891)	29.036
Transferência para Patrimônio Social	(208.891)	208.891	-
Déficit do Exercício		(260.638)	(260.638)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	29.036	(260.638)	(231.602)
Transferência para Patrimônio Social	(260.638)	260.638	-
Déficit do Exercício	-	(210.762)	(210.762)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(231.602)	(210.762)	(442.364)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Procedimentos	918	(9.387)
Obrigações Trabalhistas	84.201	(94.620)
Obrigações Tributárias	(5.062)	15.220
Projetos Ministeriais de Justiça	155.844	(208.024)
Projetos a Realizar	(256.400)	251.604
Outras Obrigações	1.816	-
Exercício de caixa consumido pela atividade operacional	(892.883)	(275.949)
Atividade de Investimento		
Atividade de Imobilização		(4.312)
Exercício de caixa consumido pela atividade de investimento		(4.312)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(892.883)	(280.261)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.125.173	1.405.634
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	232.290	1.125.173

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)**

	2017	2016
Atividade Operacional		
Déficit do Exercício	(210.762)	(260.638)
Ajustes no Déficit		
Depreciação e Amortização	6.660	11.128
Perdas Estimadas	132.215	-
Provisão para Contingências	20.000	(24.703)
Déficit Ajustado	(51.887)	(274.213)
(Aumento) e Redução do Ativo		
Contas a Receber	(47.313)	(19.800)
Impostos a Recuperar	(3.567)	42.460
Despesas do Exercício Seguinte	3.819	3.435
Outros Créditos	5.616	(9.347)
Depósitos Judiciais	-	44.703
Aumento e (Redução) do Passivo		
Fornecedores	938	(9.357)
Obrigações Trabalhistas	84.201	(34.620)
Obrigações Tributárias	(3.062)	15.280
Projetos Ministério da Justiça	(48.844)	(286.094)
Projetos a Realizar	(836.400)	251.604
Outras Obrigações	3.816	-
Fluxo de caixa consumido pela atividade operacional	(892.683)	(275.949)
Atividades de Investimento		
Aquisições de Imobilizado	-	(4.512)
Fluxo de caixa consumido pela atividade de investimento	-	(4.512)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(892.683)	(280.461)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.125.173	1.405.634
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	232.490	1.125.173

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (“Entidade” ou “Fórum”) é uma associação de direito privado, apartidária, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, de âmbito nacional, tendo como objetivo social a promoção da paz, da cidadania e dos direitos humanos, por meio de ações que facilitem o intercâmbio e a difusão de ideias e conhecimentos para o aperfeiçoamento da organização policial, das práticas policiais e dos serviços de segurança pública no Brasil, a fim de promover a redução da criminalidade, da violência e da sensação de insegurança da sociedade.

Para cumprimento de seu objetivo social, o Fórum observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, sem qualquer discriminação de etnia, cor, sexo, opção sexual, região ou religião, podendo desenvolver as seguintes atividades:

- manutenção da Entidade como um espaço institucional para a colaboração continuada entre policiais, gestores, pesquisadores e lideranças sociais comprometidos com o tema da segurança no Brasil;
- realização de pesquisas e estudos na área da atuação policial e das políticas e programas de segurança no Brasil;
- produção e edição de publicações, manuais e materiais didáticos relacionados à sua missão;
- realização de cursos, oficinas e outras iniciativas adequadas à disseminação no plano nacional de conhecimentos e práticas inovadoras e eficazes na área da segurança pública, em especial nas atividades de policiamento;
- articulação de parcerias com entidades de direito público e privado na área de atuação da Entidade;
- outras atividades que se mostrem adequadas para a realização dos objetivos gerais do Fórum ao longo da sua atuação.

Para a continuidade operacional, diante da crise financeira que atinge a entidade, cujo agravamento se deu ao longo de 2017, a administração vem adotando como principais medidas:

- Renegociação de contratos, redução e / ou troca de fornecedores.
- Redução de custos fixos e folha de pagamento.

- Diversificação das fontes de receitas, priorizando o diálogo com o setor privado
- Revisão da estratégia de captação e criação de um conselho consultivo que apoie a diretoria executiva nas estratégias de captação de recursos.

2. BASE PARA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002 (R1)"), combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ("NBC TG 1000 (R1)").

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada em razão de não existirem valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o déficit do exercício é igual ao déficit abrangente total.

b. Imunidade tributária

A Entidade está cumprindo todos os requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional - CTN, o qual torna imunes as instituições que não distribuem os resultados e que aplicam seus recursos em território nacional. A Entidade também se enquadra na Lei nº 9.790/99 da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99, a qual permite a remuneração dos cargos de diretoria a valor de mercado.

c. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1), a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), exceto sobre as receitas financeiras;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

- PIS sobre as receitas, havendo incidência do PIS sobre folha de pagamento.
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais com centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Contas a Receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado seguindo o regime de competência.

A Administração da Entidade considera que o saldo da conta cliente será totalmente recebido, sendo assim, optou por não registrar essa estimativa.

c. Imobilizado

O Ativo Imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são depreciados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas de depreciação consideradas adequadas pela Administração.

d. Intangível

Corresponde a Softwares, os quais estão avaliados pelo custo de aquisição e reduzido da respectiva amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada. O ativo intangível encontra-se totalmente amortizado.

e. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

f. Projetos a Realizar

Referem-se a contratos firmados para a realização de projetos com instituições privadas. Os recursos provenientes dos contratos de projetos são contabilizados como receitas, quando não aplicados nos respectivos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada nos projetos.

g. Provisão para Demandas Judiciais

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos, forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

h. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

i. Patrimônio Líquido

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

j. Apuração do Resultado

O resultado foi apurado segundo o regime de competência.

j.1 Receitas com restrições

As receitas obtidas com a celebração e execução de projetos que implicam em contrapartidas para a organização (entrega de produtos, pesquisas, atividades e prestações de contas). São registradas na conta projetos a realizar no passivo circulante e, na medida em que as ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas em conta de resultado própria.

j.2 Receita sem restrições

As receitas sem restrições (prestação de serviços, anuidade e doações sem contrapartida específica) são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Sem restrição		
Caixa	17.482	17.482
Bancos	87.820	1.501
Aplicações Financeiras	109.291	194.652
	214.593	213.635
Com restrição		
Bancos	2.542	164.591
Aplicações Financeiras	15.355	746.947
	17.897	911.538
Total	232.490	1.125.173

Os saldos de caixa e bancos são representados, principalmente, por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais e refletem as condições usuais de mercado. São substancialmente compostas por aplicações de renda fixa remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os recursos com restrição, referem-se aos recursos recebidos por meio de contratos firmados para a realização dos projetos descritos nas Notas Explicativas nº 8 e 9.

5. CONTAS A RECEBER

	2017	2016
Contribuições a Receber	47.613	62.400
(-) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	(47.000)	(8.700)
	613	53.700

6. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa de Depreciação	2016	Adições	2017
	a.a. %			
Instalações	10%	14.372	-	14.372
Máquinas e Equipamentos	10%	2.100	-	2.100
Móveis e Utensílios	10%	62.467	-	62.467
Equipamentos de Informática	20%	66.913	-	66.913
Equipamentos de Telefonia	10%	3.302	-	3.302
Total Custo		149.154	-	149.154
Depreciação Acumulada		(108.494)	(6.660)	(115.154)
Imobilizado Líquido		40.660	(6.660)	34.000

O ativo imobilizado da Entidade está livre de garantias ou penhor.

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2017	2016
Salários a Pagar	49.098	-
Férias a Pagar	-	(2.306)
13º a Pagar	12.560	-
INSS a Pagar	17.423	20.797
FGTS a Pagar	-	5.412
Contribuição Sindical	-	115
PIS sobre Folha	1.081	1.060
IRF sobre Folha	18.187	9.990
Provisão de Férias	77.940	57.020
Total	176.289	92.088

8. PROJETO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Durante o exercício de 2015, o Fórum Brasileiro firmou o termo de parceria nº 817.052/2015, denominado “Pesquisa e análise de dados vinculados ao campo da segurança pública e sistema penitenciário”, executado em parceria com o Ministério da Justiça, com o objetivo de realizar um diagnóstico do atual cenário da produção de dados nas temáticas de segurança pública e sistema prisional em âmbito nacional, através do mapeamento das principais bases de dados, do diagnóstico dos setores de estatísticas e da elaboração de relatórios descritivos e analíticos com base em dados secundários.

Os valores de repasses recebidos e sua destinação estão demonstrados a seguir:

Descrição	2017	2016
No início do exercício	49.409	335.503
Gastos com custeio das atividades	(48.844)	(286.094)
No final do exercício	565	49.409

9. PROJETOS A REALIZAR

Por força dos contratos firmados para a realização de projetos, a Entidade está obrigada a cumprir determinados requisitos, os quais são periodicamente avaliados por meio de prestações de contas submetidas às instituições privadas. No caso de não cumprimento desses requisitos contratuais, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer na devolução dos recursos recebidos.

Os recursos provenientes dos contratos de projetos são contabilizados como receitas quando aplicados nos respectivos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada nos projetos.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua respectiva movimentação:

Descrição	2016	Ingressos	Utilização	2017
		de Recursos	de Recursos	
Ford 0150-0365	30.636	-	(29.811)	825
LAFER 2016	61.803	-	(61.803)	-
OSF 2014/16401	37.469	-	(37.469)	-
OSF 2015/22390	309.366	-	(309.366)	-
OSF 2014/13784	28.956	-	(28.956)	-
Banco Mundial	1.949	-	(1.949)	-
Avon	62.347	193.500	(253.818)	2.029
Ford IEE-CNV3252013	43.037	-	(43.037)	-
Cruz Vermelha	15.174	-	(15.174)	-
OSF 2016/30307	378.196	694.046	(1.040.341)	31.901
OSF 2016/28387	70.725	-	(69.362)	1.363
Governo do Canadá	38.751	-	(38.751)	-
OSF 2017/33569	-	469.078	(266.049)	203.029
British Embassy	-	113.361	(112.582)	779
Porticus	-	273.615	(271.581)	2.034
Outros	-	49	-	49
Total	1.078.409	1.743.649	(2.580.049)	242.009

Os projetos em andamento da entidade visam a melhoria no setor da segurança pública através de pesquisa e fornecimento de dados para análises dos órgãos competentes, os projetos acima possuem os seguintes objetivos:

(I) Ford 0150-0365– Desenvolvimento e manutenção institucional da organização, por meio da continuidade das atividades de geração de conhecimento e do desenvolvimento de ações de planejamento, comunicação e inovação.

(II) Instituto Betty e J. Lafer/ 2016 - Criar base de conhecimento sobre financiamento da segurança pública no Brasil e identificar possibilidades para o aperfeiçoamento da área, por intermédio de uma proposta de monitoramento, padronização e classificação contábeis capazes de dar mais eficiência ao gasto público.

(III) OSF 2014/16401 - Mapear as principais iniciativas de redução de homicídios na América Latina e no Caribe, oferecendo uma visão crítica e independente dessas políticas que possa servir como inspiração para gestores públicos e sociedade civil, e incentivar a discussão e a adoção de novas iniciativas em termos de prevenção de homicídios.

(IV) OSF 2015/22390 - Prestar assistência técnica ao Ministério da Justiça do Brasil para projetar, monitorar e avaliar a implementação de um Pacto Nacional pela Redução de Homicídios.

(V) OSF 2014/13784 - Fortalecer o trabalho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, principalmente através do desenvolvimento de seus produtos institucionais e atividades estratégicas, a fim de avançar a agenda de reforma da segurança pública no Brasil.

(VI) Banco Mundial 7177641 - Coletar informações qualificadas em nível local, a fim de contribuir para a elaboração de intervenções de prevenção da violência e para a implementação de políticas baseadas em evidências.

(VII) Avon - Produzir uma Casoteca de Proteção à Mulher expondo estudos de casos de boas práticas e experiências bem-sucedidas nas instituições policiais de atendimento às violências doméstica e sexual.

(VIII) Ford IEE-CNV3252013 - Desenvolver um plano estratégico de comunicação e garantir apoio jurídico para atender a demandas urgentes.

(IX) Cruz Vermelha - Realizar um estudo para apresentar um mapa geral da problemática de violência urbana no Brasil e suas consequências.

(X) OSF 2016/30307 - Desenvolvimento e manutenção institucional da organização, por meio da continuidade das atividades de geração de conhecimento e do desenvolvimento de ações de planejamento, comunicação e inovação.

(XI) OSF 2016/28387 - Realizar uma avaliação de impacto do projeto "Paz e Justiça", desenvolvido pela Associação para uma Sociedade Mais Justa (ASJ) em Honduras.

(XII) Governo do Canadá - Compreender o que a sociedade brasileira entende ser o papel das polícias em casos de violência contra as mulheres, por meio da realização de um *survey* nacional, de modo a produzir subsídios para a elaboração de protocolos de atendimento pelas instituições policiais.

(XIII) OSF 2017/33269 - Apoiar o trabalho de promoção de políticas de redução de homicídios na América Latina e Caribe. O projeto permitirá o suporte técnico a diferentes agentes trabalhando em conjunto na redução de homicídios na região, por meio da produção de dados, implementando e avaliando iniciativas na redução de homicídios na região.

(XIV) Porticus - Recursos destinados ao projeto *Women incarcerated and the flow of criminal justice system*.

Por força dos contratos firmados para a realização de projetos, a Entidade está obrigada a cumprir determinados requisitos, os quais são periodicamente avaliados por meio de prestações de contas submetidas às instituições privadas. No caso de não cumprimento desses requisitos contratuais, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer na devolução dos recursos recebidos.

10. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Entidade está sujeita a processos fiscais, trabalhista, cíveis e outras. Em bases periódicas, a administração revisa a posição de processos, avalia as probabilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão, quando aplicável, considerando opinião de seus assessores legais e os demais dados disponíveis na data de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e os dados históricos. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a movimentação dos processos com probabilidade de perda provável, estão assim demonstradas:

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	219.994	244.697
Provisão (*)	20.000	20.000
Baixa da provisão	-	(44.703)
Total	239.994	219.994

(*) Corresponde ao aumento no valor estimado de processos trabalhistas com expectativa de perda provável

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não haviam processos com expectativa de perda possível que requeresse divulgação nas demonstrações financeiras.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social, acrescido do resultado do período (superávit/déficit) ocorrido.

O Fórum não distribui aos seus associados, conselheiros, diretores ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, aplicando tais valores integralmente na consecução do seu objetivo social.

Dessa forma, o déficit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

12. DOAÇÕES

As doações são recebidas por meio de depósitos identificados em conta corrente bancária em nome da Entidade ou pela utilização de recursos tangíveis ou não que lhe sejam disponibilizados a qualquer título por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacionais ou estrangeiras. Os doadores são entidades jurídicas identificadas e legalmente constituídas no Brasil e no exterior, para as quais são emitidos recibos de doação conforme previsto pela legislação vigente.

13. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	2017	2016
Receita com Prestação de Serviços	1.237.844	825.753
(-) Impostos Incidentes	(119.390)	(79.435)
Receita Líquida de Serviços	1.118.454	746.318

As receitas de prestação de serviços são oriundas de contratos firmados pela organização com órgãos públicos ou internacionais no âmbito da segurança pública. No exercício de 2016, foram executados contratos firmados com:

(i) Escola Superior do Ministério Público da União (Contrato 11/2014) - Realização do projeto "A investigação dos crimes contra a Administração Pública no Brasil".

(ii) Casa Civil do Estado do Ceará (Contrato 044/2015) - Realização do projeto "Pesquisa, desenvolvimento do modelo de gestão e monitoramento do programa pacto por um Ceará pacífico".

(iii) Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina (Contrato PMT/SEMPPLAN/UGP LAGOAS DO NORTE N° 29/2015) - Realização de "Diagnóstico da Situação da Violência em Teresina, e como parte integrante deste, um Diagnóstico da Situação da Violência na Região das Lagoas do Norte".

(iv) Conselho Nacional de Justiça (Contrato 17/2016) - Realização do projeto "Audiência de custódia, prisão provisória e medidas cautelares: obstáculos institucionais e ideológicos à efetivação da liberdade como regra".

(v) Banco Mundial (Contrato 7180518) - Fornecer insumos para a implementação de programas de prevenção da violência em nível local, principalmente nas cidades de Fortaleza, Recife e Belo Horizonte.

14. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Em atendimento as Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidades de Lucros, a Entidade registrou contabilmente em 2017 o montante de R\$ 32.600 como trabalho voluntário dos membros do Conselho de Administração.

A estimativa destes valores foi realizada com base nas horas dedicadas pelos membros do Conselho às atividades do Fórum.

O montante foi contabilizado em contas específicas de receita e de despesa, não afetando o resultado do período e não ocorrendo o desembolso financeiro pela Entidade.

15. DESPESAS COM PESSOAL

	2017	2016
Salários e Autônomos	(951.934)	(808.667)
13º Salário	(68.659)	(43.961)
Encargos Sociais	(307.571)	(265.564)
Férias	(84.344)	(38.035)
Bolsa Auxílio	(17.313)	(34.450)
Vale Transporte	(11.681)	(10.645)
Vale Alimentação e Refeição	(61.269)	(51.158)
Assistência Médica e Odontológica	(77.673)	(44.336)
Outras Despesas	(15.581)	(44.227)
Total	(1.596.025)	(1.341.043)

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Serviços prestados por pessoas jurídicas e físicas	(1.862.484)	(1.765.387)
Locações	(125.913)	(136.158)
Energia elétrica	(6.892)	(5.568)
Viagens e estadias	(447.703)	(690.353)
Telefonia e internet	(16.562)	(21.808)
Refeições	(4.340)	(17.514)
Feiras e eventos	(124.344)	(122.020)
Depreciações e amortizações	(6.660)	(11.128)
Materiais de consumo e outros	(21.439)	(15.708)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(130.129)	(8.700)
Outros	(44.955)	(36.088)
Total	(2.791.421)	(2.830.432)

17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2017	2016
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	33.765	65.476
Juros Ativos	-	11.211
Atualização Monetária	-	826
Descontos Concedidos	-	1.325
	33.765	78.838
Despesas Financeiras		
Tarifa Bancária	(21.338)	(15.906)
IOF e IOC	(592)	(4.751)
Outras Despesas Financeiras	(728)	(1.502)
	(22.658)	(22.159)
Resultado Financeiro Líquido	11.107	56.679

18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Entidade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

19. COMPROMISSOS

No encerramento do exercício de 2017, a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.